

Planejamento do turismo em áreas naturais protegidas – um estudo sobre o município de Rosana/SP

Fernando Protti Bueno¹

Resumo:

O município de Rosana, localizado a sudoeste do Estado de São Paulo, em função do histórico processo de ocupação e da conseqüente grande perda de recursos florestais ainda dispõe de pequenos remanescentes florestais pertencentes ao Bioma Mata Atlântica, e que, em alguns casos, por estarem próximos ou inseridos nos recursos hídricos disponíveis na região (rios Paraná e Paranapanema), tem a possibilidade de se tornarem recursos naturais em suposto potencial à atração turística. Esta pesquisa objetivou discutir o planejamento turístico, o ordenamento da visitação e o uso dos espaços naturais para a prática de atividades turístico-recreativas no município de Rosana/SP e a partir de uma pesquisa exploratória com uso de método dedutivo, abordagem qualitativa e das técnicas de pesquisa bibliográfica, documental, de observação assistemática e da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) para coleta e análise dos dados, resultaram-se na existência e na identificação de espaços naturais conservados sob a forma de diferentes áreas naturais protegidas (reserva legal, área de preservação ambiental, área de proteção permanente e horto florestal), considerados passíveis de uso turístico-recreativo, em função da suposta beleza cênica advinda da paisagem que resultam, bem como da importância biológica que resguardam, contudo, carecem de um processo de planejamento, que contribua para a estruturação dos atrativos e para o ordenamento da visitação com a finalidade inclusive de promover a conservação destes espaços naturais.

Palavras-chave: Turismo. Ecoturismo. Áreas naturais protegidas. Planejamento do turismo. Rosana/SP.

Introdução

O turismo envolve o deslocamento de pessoas para as localidades denominadas destinos turísticos devido às motivações intrínsecas ao comportamento humano, bem como devido às atrações disponíveis naquele local, sejam estas culturais ou naturais. O aumento crescente dos deslocamentos turísticos, nos últimos anos, tem feito com que essa atividade seja identificada como um dos maiores e principais setores econômicos no mundo, sendo que, para tanto, este tem sido planejado e desenvolvido, principalmente nos países em desenvolvimento, como uma alternativa econômica (muitas vezes tornando-se a principal) e como estratégia ao desenvolvimento de cidades com potenciais turísticos e, conseqüentemente, de suas comunidades.

De acordo com Trigo (2003, p. 54) “o crescimento do turismo é uma realidade inexorável [...]”, e Beni (2003) entende o turismo como sendo um fenômeno relacionado ao contexto do lazer e que, por isso, é detentor de um enorme potencial no processo de mudança de valores, deixando de ser apenas uma atividade utilitarista, para compor espaços qualitativos e propícios às trocas sócio-culturais.

¹ Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professor do Curso de Turismo da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Rosana. fbueno@rosana.unesp.br

Para que seja possível compreender e analisar mais detidamente o turismo em seus aspectos econômicos, sócio-culturais ou mesmo sócio-ambientais é necessário evidenciar que o mercado turístico é composto por segmentos ou grupos de atividades com características semelhantes, em razão das diferentes motivações de viagem, sendo aqui especialmente consideradas àquelas relacionadas ao campo ecológico, onde se pode encontrar o turismo na natureza ou mesmo seu 'estágio' mais evoluído, o ecoturismo.

A OMT (2003) evidencia como tendências para a área de viagens a busca por áreas naturais com o intuito de contemplação da natureza; a busca por atividades que envolvam uma certa dose de aventura; e a popularização do chamado ecoturismo. Considera-se que o ecoturismo congrega uma série de atividades turísticas relacionadas ao ambiente natural e pode ser considerado como um dos resultados indiretos das ações dos movimentos ambientalistas, que se consolida na sociedade pós-moderna por conciliar a satisfação da necessidade de práticas humanas em ambientes naturais, em função da fuga do cotidiano e da busca por alternativas sustentáveis, e ao mesmo tempo, por contrapor-se, ao menos teoricamente, às práticas de turismo tradicionalmente caracterizadas como de massa ou convencional. Atualmente, a importância do ecoturismo na sociedade não está apenas baseada no aspecto econômico, mas, principalmente, por acreditar-se em seu potencial para a conservação da natureza, em seu potencial educativo e na evolução das comunidades locais envolvidas.

Para tanto, escolheu-se como objeto de estudo dessa pesquisa o município de Rosana/SP, que está localizado a sudoeste do Estado de São Paulo e que compreende um dos municípios integrantes da região administrativa do Pontal do Paranapanema (INSTITUTO FLORESTAL, 2006; LEITE, 1998; SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE, 1999). Essa escolha se justificou em função do município ainda dispor de pequenos remanescentes florestais relativos ao bioma Mata Atlântica e por haver uma proximidade em relação aos recursos hídricos disponíveis na localidade (rios Paraná e Paranapanema), acredita-se que nessa área de estudo, bem como estes espaços naturais possam ser considerados enquanto potenciais atrativos turísticos, desde que estejam relacionados a um processo de planejamento do turismo em áreas naturais protegidas, devidamente pautado pelos critérios de sustentabilidade, tentando-se aproximar ainda mais das concepções inerentes ao ecoturismo.

Diante disso, a pesquisa se desenvolveu a partir objetivo de discutir sobre o planejamento turístico, o ordenamento da visitação e o uso dos espaços naturais disponíveis para a prática de atividades turístico-recreativas no município de Rosana/SP. Ademais, adotaram-se como objetivos específicos identificar os recursos e/ou atrativos naturais, bem como a infra-estrutura disponível para o desenvolvimento do turismo; verificar o uso do espaço natural para o turismo; e compreender o processo de planejamento do turismo realizado no espaço natural do município de Rosana/SP.

Enquanto procedimentos metodológicos, esta pesquisa se caracteriza enquanto uma pesquisa exploratória, pautada no método dedutivo a partir de uma abordagem qualitativa. A

base teórica foi concebida a partir do uso das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, E para a etapa empírica da coleta de dados utilizou-se da técnica de entrevista estruturada, com perguntas abertas, sendo que as informações coletadas por esta técnica, posteriormente, foram analisadas por meio da técnica de análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Planejamento do turismo em áreas naturais protegidas

A crescente busca e o interesse por ambientes naturais e pelas questões ambientais planetárias tem configurado um 'novo' mercado turístico, composto por segmentos ou grupos de atividades com características semelhantes em relação à motivação de viagem. Em relação aos motivos relacionados a busca e o contato com a natureza, Cascino (1998, p. 09) salienta que “[...] as pessoas estão ávidas pelo novo, inédito, alternativo e, por isso, buscam reaproximar-se da natureza, já que ela é fonte e razão inesgotável do novo e espaço de recriação”. Em complemento, Pires (2002, p. 29) diz que “a curiosidade e o sentimento de nostalgia em relação a regiões longínquas sempre estiveram entre as necessidades básicas e imediatas do ser humano”. Portanto, essa busca pelo cenário natural para a realização de atividades relacionadas ao lazer e ao turismo sempre esteve no subconsciente humano, representando o que Rodrigues (2003) denomina como o mito do eterno retorno, caracterizado como sendo um reencontro com o paraíso perdido.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) tem evidenciado como tendências para a área de viagens a busca por áreas naturais protegidas com o intuito de contemplação da natureza; a busca por atividades que envolvam uma certa dose de aventura; assim como a popularização do chamado ecoturismo (OMT, 2003). Diante disso, se tem constituído um segmento de mercado turístico relacionado ao turismo na natureza, conforme demonstrado na figura 1, que se caracteriza por viagens que colocam os turistas em contato com a natureza e que ocupa espaço na expressão 'turismo alternativo', a qual segundo Pires (2002, p. 111), pode ser entendida como uma expressão “[...] impregnada de anseios e ideais de mudanças e inovação do turismo convencional de massas, ou ainda como estandarte dos movimentos e ações pioneiras nesse sentido [...]” e como “[...] chave designativa de um turismo diferenciado em relação ao convencional ou tradicional [...]”.

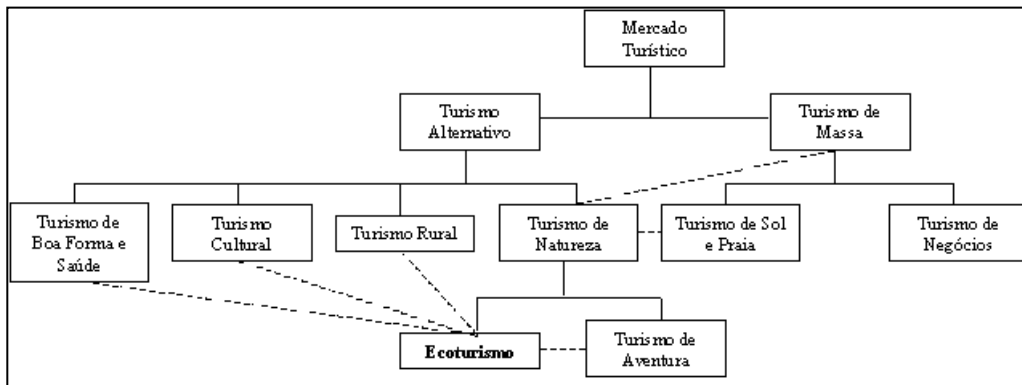


Figura 1: O mercado alternativo de turismo

Fonte: Adaptado por Bueno (2006, p. 40) a partir de Strasdas (2001 *apud* WOOD, 2002, p. 11)

Pires (2002, p. 139, grifos do autor) afirma que há uma variedade de tipos alternativos de turismo que evidenciam alternativas turísticas frente ao turismo convencional, como o turismo participativo, o turismo responsável, o turismo suave/brando, o turismo ambiental, o turismo sustentável, o turismo ecológico, o turismo baseado na natureza, o ecoturismo e o turismo rural. Este mesmo autor, ao tratar especificamente do ecoturismo enfatiza que este tipo de turismo

[...] surge e se impõe como uma ‘rotulação’ ampla e indiscriminadamente utilizada para representar um conjunto variado e não bem definido de atividades e atitudes no campo das viagens turísticas, que se posicionam na interface *turismo-ambiente*, este último compreendo especialmente ambientes naturais pouco alterados e culturas autóctones presentes em seu entorno.

Serrano (2000, p. 208, grifo do autor) também detecta algumas particularidades desse tipo de turismo, enfatizando a existência de uma pluralidade de termos e de conceitos acerca das práticas turísticas realizadas em ambientes naturais, sugerindo que o ecoturismo seja

[...] uma ideia ‘guarda-chuva’, pois envolve uma multiplicidade de atividades como trekking, hiking, escaladas, rappel, espeleologia, mountain biking, cavalgadas, mergulho, rafting, floating, kayaking, vela, vôo livre, paragliding, balonismo, estudos do meio, safári fotográfico, observação de fauna e flora, pesca (catch-release), turismo esotérico e turismo rural [...].

Então, antes mesmo dessa diversidade de termos e de atividades concentradas no segmento de turismo na natureza, Fennell e Eagles (1990 *apud* FENNELL, 2002) chegaram a elaborar um espectro da atividade turística, conforme mostra a figura 2, com a intenção de discernir sobre os diferentes tipos de turismo que compreendem o segmento de turismo na natureza/viagens à natureza.

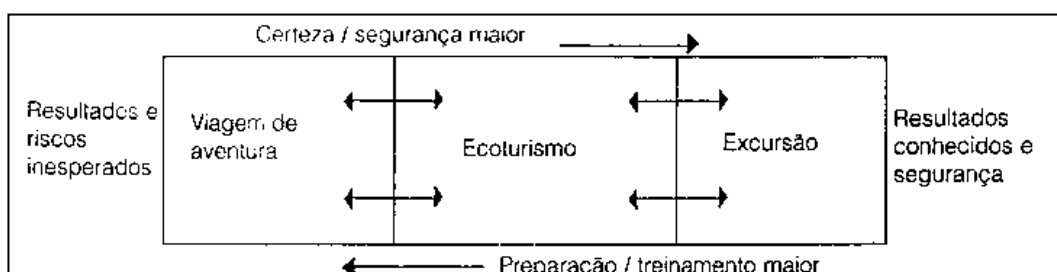


Figura 2: Espectro da atividade turística

Fonte: Fennell e Eagles (1990 *apud* FENNELL, 2002, p. 62)

Conforme Fennell (2002, p. 61) explicita “[...] a preparação e o treinamento, os resultados e riscos conhecidos/desconhecidos, a certeza e a segurança são variáveis que podem ser usadas para diferenciar essas formas de turismo” (Viagem de Aventura, Ecoturismo e Turismo Convencional – Excursão), assim como esses “[...] três tipos de atividades não são mutuamente excludentes; o ecoturismo pode compartilhar alguns elementos das outras duas experiências e permanecer distinto do turismo de massa e do turismo de aventura”.

Desse modo, se torna possível compreender o ecoturismo enquanto um segmento de mercado turístico multiforme advindo da tipologia de turismo realizado na e em contato com a natureza, e que conforme Serrano (2000) evidencia surgiu a partir do contexto sociocultural originado pela pós-modernidade, bem como a partir da expansão da atuação do ideário ambiental defendido pelo ambientalismo, os quais, basicamente, serão responsáveis por desencadear processos de produção e de consumo, prioritariamente, de bens e serviços diretamente relacionados ao prazer, ao bem estar e ao culto ao corpo, bem como vinculados a produtos e a atitudes comumente denominadas enquanto ambientalmente corretas e/ou ecológicas.

Assim, algumas das atividades turísticas realizadas na natureza ou também denominadas por ecoturismo, são vistas, principalmente, enquanto alternativas para o desenvolvimento econômico de determinadas localidades, e, em contrapartida, como uma possível ferramenta para a conservação da natureza por proporcionar receitas advindas das taxas pagas pelos turistas – e reinvestidas em prol da conservação –, bem como por promover e/ou despertar a consciência ambiental de residentes e turistas sobre a importância da preservação e da manutenção dos aspectos biológicos e da fisionomia das paisagens naturais, e dos aspectos históricos e culturais – convencionalmente utilizadas enquanto atrativos ao mercado turístico.

Contudo, conforme Serrano (2000) relembra as práticas turísticas na natureza podem ser consideradas enquanto práticas sustentáveis inseridas em um contexto insustentável (o da lógica capitalista), na qual Serrano e Luchiari (2005) enfatizam que os espaços e/ou os recursos que devem ser preservados e mantidos longe dessa lógica capitalista são normalmente considerados como potenciais atrativos de regiões e localidades, exatamente por manterem recursos naturais conservados e por valorizarem o patrimônio ambiental e cultural enquanto legado histórico social, bem como enquanto promotor da atração turística.

No caso brasileiro estes espaços, bem como os recursos naturais disponíveis – utilizados enquanto atrativos turísticos – que compreendem o patrimônio natural do país, estão

salvaguardados sob a forma de áreas naturais protegidas, prioritariamente na forma de unidades de conservação, inseridas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e categorizadas tanto no grupo de proteção integral quanto no grupo de uso sustentável. Em geral, são nas áreas naturais protegidas e nas unidades de conservação que estão localizados os principais atrativos turísticos naturais e/ou culturais, bem como as atividades turísticas neles realizadas, de uma localidade.

Essas áreas podem ser consideradas privilegiadas para o desenvolvimento de formas de turismo relacionadas à natureza, pois mantém grande parte da biodiversidade conservada e conforme afirma Ceballos-Lascuráin (2002, p. 26) “[...] constituem grandes atrações, tanto para os habitantes dos países aos quais as áreas pertencem como para turistas de todo o mundo”.

Em relação ao significado de atrativo turístico, Boullón (2002) o entende enquanto matéria-prima para o turismo, ou seja, considera-se que sem um atrativo não há como incentivar o deslocamento de visitantes/turistas. Além disso, este mesmo autor classifica os atrativos turísticos e detém atenção a classificação denominada de sítios naturais, pois segundo seu entendimento, esta resume todas as expressões da natureza que têm interesse turístico. Nesse sentido, a visita do turista aos sítios naturais passa a ser em grande parte influenciada pelo atrativo natural, com a finalidade de apreciar e contemplar a natureza, o que representa o consumo de imagens e de paisagens que possivelmente foram geradas e/ou divulgadas por diferentes veículos de mídia ou mesmo despertadas pelas relações sociais exercidas por determinado turista.

Acerca do consumo turístico, Cruz (2002) corrobora ao salientar que o turismo enquanto prática social é a única modalidade que consome o espaço e isto se dá pelo uso e apropriação do espaço por meio das formas de consumo turístico (os serviços turísticos), sendo que, na realidade, esse consumo relacionado ao turismo na natureza ocorre exatamente sobre os elementos da paisagem, caracterizados por Boullón (2002) enquanto a topografia, a vegetação, o clima e o habitat, os quais, em conjunto, conformarão a fisionomia paisagística de determinada localidade.

Desse modo, os sítios naturais, bem como os recursos naturais que os compõem, passam a ser considerados como atrativos turísticos a partir do momento em que a sociedade expressa valor e interesse pelos mesmos, e ao mesmo tempo a escolha de um determinado espaço para prática turística é feita por meio do reconhecimento de uma qualidade paisagística relativa ao ambiente natural. Contudo, como salienta Boullón (2002), não é possível definir com exatidão a qualidade ou a beleza cênica de uma paisagem, pois em partes se trata de uma avaliação subjetiva, que efetuada involuntariamente no pensamento individual varia de cultura para cultura, de indivíduo para indivíduo, mas, em outra parte, é passível de analisada a partir de uma série de componentes e particularidades que caracterizam determinada paisagem.

Em tese a análise da paisagem não constitui o foco desta pesquisa, contudo, há que se considerar, conforme afirma Pires (2003, p. 127, grifos do autor), que “[...] *paisagem e turismo* são duas realidades intimamente relacionadas”, sendo “a paisagem o elemento substancial do

fenômeno turístico e, portanto, um recurso de grande valor no desenvolvimento e consolidação da oferta turística”. Contudo, este autor pondera ainda que para que a paisagem se constitua em um efetivo atrativo turístico de determinado local, além de seu aspecto meramente estético e visual, é essencial o desenvolvimento de seu aspecto cultural, relacionado diretamente à valoração da paisagem, sendo-lhe atribuídos significados e valores, normalmente permeados pela percepção originada a partir das experiências vividas pelos turistas em determinado local. Nesse sentido, é possível considerar que a paisagem, determinada principalmente pela beleza cênica externada, bem como pela valoração atribuída pela percepção do turista observador, detém o poder de constituir o principal apelo de atratividade de um destino, que conduz as motivações e/ou expectativas do turista em relação ao consumo de viagens, entre estas, especificamente aquelas relacionadas à natureza.

Ao considerar, então, que as paisagens, especificamente as naturais atuam enquanto atrativos turísticos de determinada localidade e, assim, determinam a oferta turística, bem como são influenciadas pela demanda turística (motivações e expectativas), passa-se a pensar na necessidade de discutir e inserir um processo de planejamento à organização da atividade turística. Nesse sentido, o desenvolvimento do turismo ou mesmo de algumas atividades turístico-recreativas isoladas, relacionadas ou não ao ambiente natural, exigem a instituição de um processo de planejamento que supostamente poderá conduzir a organização adequada desta atividade, em detrimento à condução de uma situação de geração de impactos negativos e a consequente degradação do ambiente e de seus recursos (atrativos turísticos) advindos especificamente da implantação e/ou do desenvolvimento turístico completamente dissociado de um processo de planejamento e da instituição de normas e políticas reguladoras.

Ao considerar, nas palavras de Hall (2004, p. 24, grifo do autor), o planejamento enquanto “[...] um tipo de tomada de decisões e elaboração de políticas [...]”, o ato de planejar passa a ser, portanto, “[...] um processo global de “planejamento-decisão-ação””, o qual visa, por meio de ações e estratégias, criar condições favoráveis e adequadas para o desenvolvimento de determinadas atividades.

Salvati (2003, p. 34; 47) também corrobora com esta discussão ao colocar que o planejamento é “[...] um processo dinâmico e contínuo de definição de objetivos, metas e ações de forma integrada entre os diversos agentes sociais de interesse”, e, assim, estabelece que o planejamento, especificamente da atividade ecoturística, “[...] deve ser apoiado em atividades que resultem no conhecimento das necessidades e expectativas dos atores sociais, do efetivo potencial ecoturístico em termos atrativos, financeiros e de mercado e dos benefícios para a conservação e para as comunidades locais”. Assim, se torna passível considerar uma reflexão sobre as possíveis condições do ecoturismo ser apropriado ao local, de suas potenciais e efetivas vantagens para a conservação da natureza e também, das necessidades e das expectativas dos atores sociais envolvidos, haja vista que existem diferentes atores sociais envolvidos e seus consequentes interesses em tona do desenvolvimento da atividade.

Portanto, especificamente a relação entre o turismo e a conservação da natureza, nem sempre é uma relação de simbiose, sendo por muitas vezes, uma relação de coexistência, bem como em sua maioria uma relação conflituosa, a qual desgasta, degrada e prejudica o ambiente natural, isto normalmente em função ora do tipo e da forma de atividade praticada no ambiente (SOLDATELI, 2005), ora em função da discrepância e da divergência dos interesses e das visões dos envolvidos em torno do desenvolvimento desta atividade, configurando, portanto, um cenário de uso irrestrito do recurso natural e de promoção a degradação ambiental.

Este cenário, bem como o processo do ciclo de vida de um destino turístico, a partir do modelo de Butler (BUTLER, 1980 *apud* LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008), pode ser visualizado a partir da Figura 3 desenvolvida por Fennel (2000), o qual buscou representar este mesmo processo de ciclo de vida a partir das variáveis de preocupação social e ecológica, ante ao enfoque completamente econômico da atividade, na tentativa de delinear uma faixa de equilíbrio da capacidade física do ambiente em suportar o desenvolvimento do turismo, relativo a quantidade de turistas ao longo do tempo de existência do destino, perfazendo assim o caráter sustentável da atividade e as condições ideais para o seu desenvolvimento.

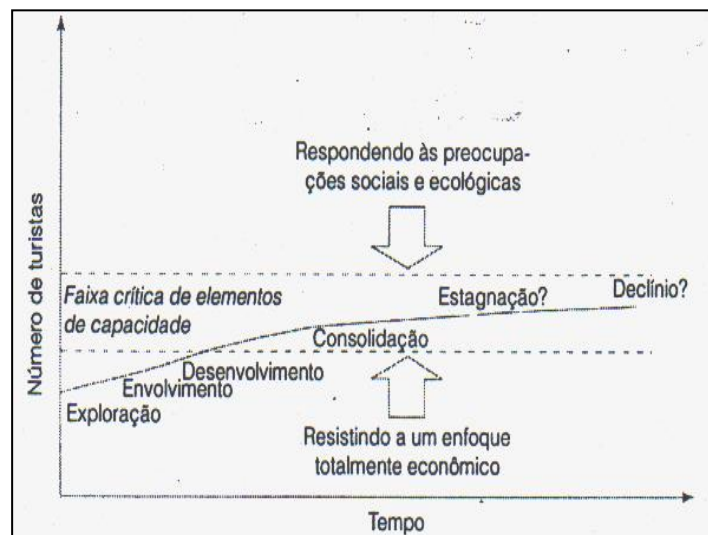


Figura 3 – Ciclo de evolução do ecoturismo sustentável

Fonte: Fennel(2002, p. 123)

Desse modo, há uma tentativa de estabelecer um equilíbrio entre os diferentes interesses em torno da atividade turística, proveniente dos atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com a atividade, bem como em torno do uso e conservação dos atrativos, o qual, inclusive, nas ideias de Salvati (2003), possibilitará as definições das etapas do processo de planejamento turístico, ilustradas conforme mostra a figura 4.

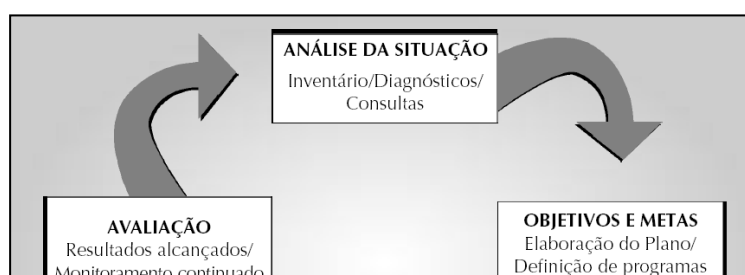


Figura 4 – Quatro passos no processo de planejamento do ecoturismo

Fonte: Salvati (2003, p. 46)

Lohmann e Panosso Netto (2008) ao tratarem do processo de planejamento do turismo, inclusive se utilizando de outras fontes de consulta, chegaram ao consenso de que poucas são as diferenças em relação as etapas inerentes ao processo de planejamento turístico e, portanto, as mesmas são compreendidas basicamente por análise do ambiente, diagnóstico, prognóstico, estratégia, implantação e avaliação – também passíveis de serem discutidas a partir da ilustração acima.

De modo sucinto, a primeira etapa – análise da situação – compreende o conhecimento da realidade abrangida e deve ser enfocada de modo a integrar os âmbitos políticos, sociais, econômicos e ambientais (SALVATI, 2003). Nesta primeira etapa, um dos pontos cernes é a realização do diagnóstico turístico, o qual abrange desde a inventariação dos atrativos, equipamentos, estruturas, serviços, etc., passando pelo levantamento de dados e informações sobre a análise da oferta e da demanda turística, até chegar a consulta pública e a instauração do processo de planejamento participativo com vistas a prover uma análise conjunta da situação atual.

Como forma de verificar as potencialidades de determinada localidade, Ruschmann (1997, p. 52) reproduzindo as ideias da Organização Mundial do Turismo (OMT) coloca que todo atrativo é passível de ser hierarquizado com base em suas características que lhes garantirão mover grupos de indivíduos de diferentes locais, estimulando-os a visitação. Assim, apresentam-se os níveis de hierarquia dos atrativos, conforme tabela 1.

HIERARQUIA	CARACTERÍSTICAS
I	É todo atrativo turístico excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais ou potenciais.
II	Atrativos com aspectos excepcionais em um país, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes dos mercados internos e externos, seja por si só, seja em conjunto com outros atrativos contíguos.

III	Atrativos com algum aspecto expressivo, capaz de interessar visitantes oriundos de lugares distantes, dos mercados internos e externos, que tenham chegado a área por outras motivações turísticas ou de motivar correntes turísticas locais (atuais ou potenciais).
IV	Atrativos sem mérito suficiente para serem incluídos nas hierarquias superiores, mas que formam parte do patrimônio turístico, como elementos que podem complementar a outros de maior hierarquia, no desenvolvimento e funcionamento de qualquer das unidades do espaço turístico que, em geral, podem motivar correntes turísticas locais, em particular, a demanda de recreação popular.

Tabela 1 – Hierarquização dos atrativos

Fonte: Ruschmann (2003, p. 52)

A partir então, do diagnóstico realizado e da compreensão da realidade abrangida, é possível avançar a segunda etapa e determinar os objetivos e as metas a serem alcançadas, bem como o tempo necessário para este feito. Trata-se de se pensar e de se realizar o prognóstico, prevendo as possibilidades para o desenvolvimento da atividade turística (SALVATI, 2003).

Posteriormente, são decididas as estratégias e as ações que serão adotadas para o alcance dos objetivos então propostos, a partir das quais são criadas ações, planos, programas, bem como a implantação de políticas públicas que conduzam estas estratégias e ações. Ao final, após a implantação de diferentes planos turísticos, se deve avaliar toda proposta executada com a intenção de evidenciar os aspectos positivos e negativos de cada etapa, bem como de verificar os resultados efetivamente alcançados e os que ainda estão por vir. Nesse momento, também é possível refletir e repensar continuamente sobre os objetivos, as ações e sobre todo o processo de planejamento no intuito de se replanejar esse processo (SALVATI, 2003).

Na tentativa, então, de atingir melhores condições e melhores qualidades de oferta do produto turístico relacionado à natureza, cabe salientar a necessidade de elaboração de um processo de planejamento que esteja vinculado tanto às etapas que o compõe, como também aos critérios sustentáveis que abarcam as atividades turísticas.

Procedimentos metodológicos

No intuito de discutir sobre o planejamento turístico, o ordenamento da visitação e o uso dos espaços naturais disponíveis para a prática de atividades turístico-recreativas no município de Rosana/SP, esta pesquisa de caráter exploratório, foi realizada com a finalidade de compor um estudo ainda preliminar e como forma de se buscar familiarizar acerca desta temática a partir da realidade do objeto de estudo escolhido (DENCKER, 2001).

Assim, a pesquisa se utilizou do método dedutivo, partindo da concepção das teorias do espaço turístico, da segmentação de mercado turístico concebido como ecoturismo, bem como do processo de planejamento do turismo, as quais por meio das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental possibilitaram condições teóricas para a análise e descrição do objeto de estudo (DENCKER, 2001; RICHARDSON, 1999).

A partir de uma abordagem qualitativa na tentativa de descrever e analisar o complexo e multivariado contexto no qual esta pesquisa está inserida, também se utilizou da técnica de entrevista estruturada para a coleta de dados (DENCKER, 2001; RICHARDSON, 1999), visando identificar os recursos e/ou atrativos naturais, bem como a infra-estrutura disponível para o desenvolvimento do turismo; verificar o uso do espaço natural para o turismo; e compreender o processo de planejamento do turismo realizado no espaço natural do município de Rosana/SP.

Para tanto, foram utilizados nas entrevistas² roteiros de perguntas compostos por perguntas estruturadas, formuladas de modo aberto a partir o modelo de pergunta ideal proposto por Lefèvre e Lefèvre (2003), que propõe ao entrevistado a produção de um discurso referente ao assunto pesquisado, permitindo uma livre exposição de suas idéias a partir da apropriada compreensão da questão.

A técnica de entrevista foi realizada com informantes selecionados por meio de uma amostragem não-probabilística e intencional, a partir da qual se definiu que seriam entrevistados 04 informantes³ pertencentes a grupos sociais distintos – proprietário de empresa turística (agenciamento receptivo local); gestor de instituição pública – Divisão Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente do município; coordenador de instituição privada – Duke Energy; e especialista/pesquisador da área ambiental.

Para a análise dos dados provenientes das entrevistas realizadas recorreu-se a técnica de análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que consiste em obter discursos (respostas) advindas da expressão subjetiva (consciência) do entrevistado, por meio da aplicação de perguntas abrangentes (abertas). Lefèvre e Lefèvre (2003, p. 15-16) esclarecem que o discurso do sujeito coletivo

[...] é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos [...]. A proposta [...] consiste [...] em analisar o material verbal coletado extraíndo-se de cada um dos depoimentos [...], as idéias centrais e/ou ancoragens e as suas correspondentes expressões-chave; com as expressões-chave das idéias centrais ou ancoragens semelhantes compõe-se um ou vários discursos síntese na primeira pessoa do singular.

Após a seleção e a identificação das expressões-chave (ECH) e a seleção das idéias centrais (IC) elaborou-se o ou os DSC, compreendido como “[...] um discurso-síntese redigido na primeira pessoa do singular e composto pelas ECH que têm a mesma IC[...]” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 18).

² Devido ao fato da pesquisa envolver atores sociais (entrevistados) tornou-se necessário o uso de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como forma de resguardar a integridade da pesquisa e evidenciar seu caráter ético.

³ Os demais informantes selecionados, por diferentes motivos, entre estes a negação à entrevista, não puderam ser incluídos no grupo dos atuais informantes.

A justificativa para o uso da técnica do DSC se dá como forma de detectar nos envolvidos (entrevistados), direta ou indiretamente no processo de planejamento do turismo, bem como nos responsáveis pelas áreas naturais protegidas identificadas no objeto de estudo, os detalhes essenciais para a descrição e análise do objetivo proposto.

O uso turístico-recreativo dos espaços naturais no município de Rosana/SP

O município de Rosana, localizado a sudoeste do Estado de São Paulo (figura 5), compreende um dos municípios integrantes da região administrativa do Pontal do Paranapanema, que teve seu surgimento por volta dos anos de 1951 e 1952, em virtude da proposta de criação feita pela empresa Camargo Correa de um ramal da Estrada de Ferro Sorocabana, que pretendia atingir as margens do rio Paraná (INSTITUTO FLORESTAL, 2006; LEITE, 1998; SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE, 1999).

Segundo Leite (1998, p. 21), a vila de Rosana, em função da proximidade com confluência dos rios Paraná e Paranapanema, é envolvida por suas águas excedentes⁴, revelando uma beleza selvagem. Isso fez com que um geógrafo sonhasse “[...] com um pólo turístico paulista com base em Rosana, por sua semelhança com o Pantanal”. Apesar dessa semelhança, a formação vegetal que compreende a região do Pontal do Paranapanema tem o predomínio do bioma Mata Atlântica, o qual tem perdido parte considerável de sua cobertura florestal ao longo dos anos e em função especificamente do processo histórico de urbanização e de uso irrestrito de seus recursos naturais (IBAMA, 2006; SCHÄFFER, PROCHNOW, 2002; SOS MATA ATLÂNTICA, 2006). Especificamente no município de Rosana, destaca-se a vegetação correspondente ao tipo de Floresta Estacional Semidecidual, caracterizada pela perda parcial de suas folhas no inverno em virtude da baixa precipitação pluviométrica, sendo que atualmente, “[...] a região é coberta por cerca de 5% da vegetação original espalhada por centenas de fragmentos florestais [conforme mostra a figura 5]. Por ser considerada uma área de extrema importância biológica, constitui o mais alto nível de prioridade para a conservação da Mata Atlântica” (INSTITUTO FLORESTAL, 2006, p. 40).

Esse grau de prioridade na conservação das áreas naturais ainda presentes no município e representado por remanescentes florestais, aliado a abundância e a proximidade dos rios, faz com que seja possível haver um cenário paisagístico de elevada qualidade estética e visual, capaz de conformar uma ou mais áreas de atratividade turístico-recreativas relacionadas às características naturais do espaço em questão.

⁴ Com as construções das Usinas Hidrelétricas de Rosana e de Porto Primavera, essa deixou de ser uma constante, representando apenas e por vezes, uma necessidade de abertura de suas comportas (INSTITUTO FLORESTAL, 2006; SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE, 1999).

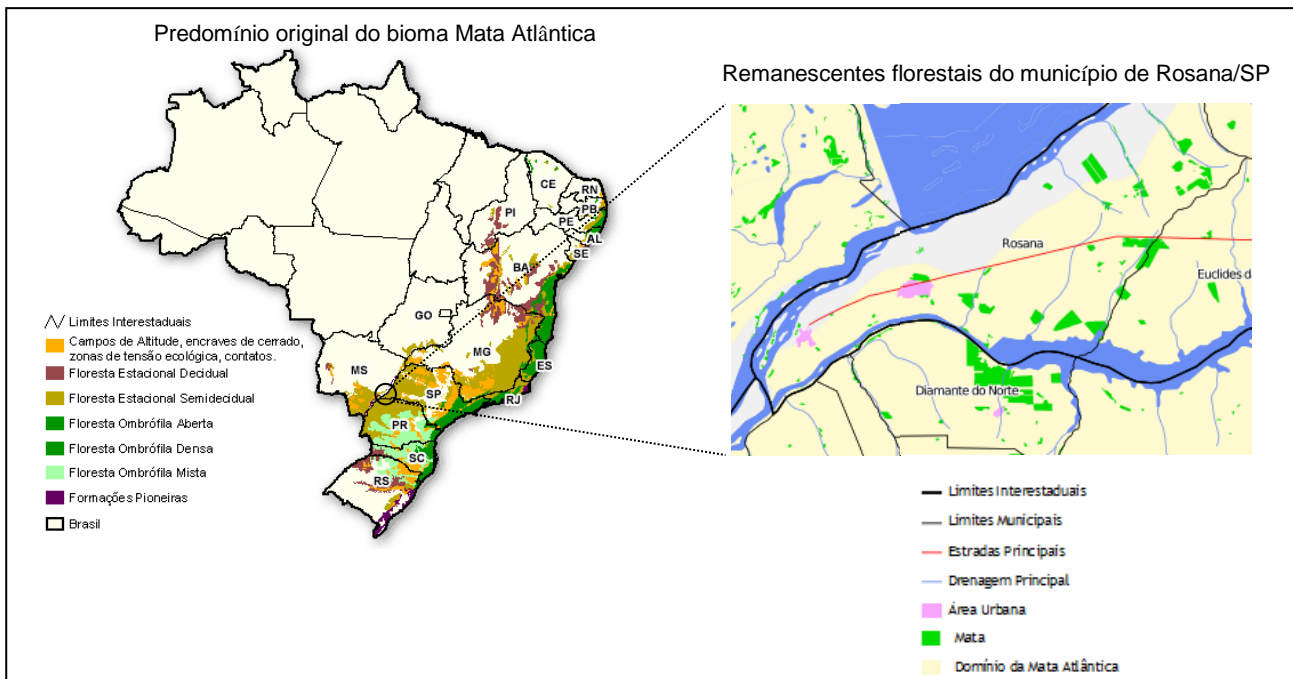


Figura 5 – Localização do município de Rosana e remanescentes florestais

Fonte: adaptado a partir de SOS Mata Atlântica (2006; 2007)

A partir desta constatação e no intuito de identificar os recursos e/ou atrativos naturais, bem como a infra-estrutura disponível para o desenvolvimento do turismo no município de Rosana, proferiu-se a realização dos Discursos do Sujeito Coletivo (DSC), conforme a técnica de Lefèvre e Lefèvre (2003), segundo a qual foi possível vislumbrar os quadros 1, 2, 3, 4 e 5.

Primeiramente, eu vejo que é o Balneário de Rosana, né? Considero que o balneário seja um ponto de bastante atração do turista a nível regional, e conhecer o encontro dos rios, conhecer as ilhas, entende? A trilha ali próxima ao rio Paraná. Acredito que algumas coisas nas ilhas, talvez tenham essa potencialidade. Mas normalmente está lá em Rosana e numa quantidade menor no rio Paranapanema. Mas tem aqui no Grêmio também. Além disso, essas reservas legais aqui do município, esses bosques, né? A usina hidrelétrica Sérgio Motta, entendeu?

Quadro 1 – DSC da IC Locais turísticos do município de Rosana

Fonte: autoria própria

A oportunidade de pegar barcos para atividades de pesca. Mergulho é no rio, mas depende a pessoa que vai mergulhar, se já é um mergulhador ou se ta aprendendo.

Quadro 2 – DSC da IC Atividades turístico-recreativas desenvolvidas nos locais turísticos do município de Rosana

Fonte: autoria própria

Basicamente, a partir dos DSC, foi possível identificar os locais (atrativos turísticos) no município de Rosana, os quais em partes estão diretamente atrelados aos atuais equipamentos públicos e privados de lazer disponíveis no município, bem como possuem certo grau de

atratividade turístico-recreativa, e em outra parte são constituídos por sítios naturais, tais como as ilhas do Rio Paraná ou outros locais neste mesmo rio, e sua consequente beleza cênica, que também conformam os atrativos turístico-recreativos deste município. Nestes DSC, também foi possível identificar a realização ou a possibilidade de realização de algumas atividades turístico-recreativas, principalmente vinculadas a concepção de ecoturismo, por abranger desde a contemplação da natureza até a realização de atividades físicas ou de aventura em meio natural.

Além disso, devido aos locais identificados (quadros 1 e 3) ainda é possível perceber a possibilidade de desenvolvimento de uma série de outras atividades também inseridas no contexto do ecoturismo, em função especificamente da existência de remanescentes florestais, bem como da abundância de recursos hídricos, comumente salvaguardados sob a forma de áreas naturais protegidas e de unidades de conservação (quadro 3).

Nós temos quatro fragmentos aqui de bosque, né? que o pessoal chama no município, considerados como reserva legal do município. Fora estes nós temos alguns fragmentos mais próximos ali ao rio Paraná, em termos de áreas de preservação permanente, né? as APPs do rio Paraná, as ilhas dentro da APA federal de Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, e além destes acho que as reservas legais de algumas propriedades, são bem poucas, essas reservas legais são muito poucas no município, grandes fazendas com poucas reservas legais e em termos de conexão, muito pouco interligadas. Além daquela área também de bosque ali próximo a Unesp, a área da CESP, também é considerada uma área de preservação e aliás acho que a única reserva com maior biodiversidade aqui é a dela.

Quadro 3 – DSC da IC Áreas naturais protegidas

Fonte: autoria própria

Conforme representado na figura 6, estas áreas são consideradas tanto naturais em função de representar remanescentes florestais ainda conservados, quanto protegidas, pois atendem as determinações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e do Código Florestal brasileiro. Dentre estas áreas destacam-se, conforme as formas de proteção, o Horto Florestal, a Área de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, as Reservas Legais do município e as inúmeras Áreas de Proteção Permanente (APP) existentes às margens dos rios e demais cursos d'água, bem como das demais propriedades privadas.

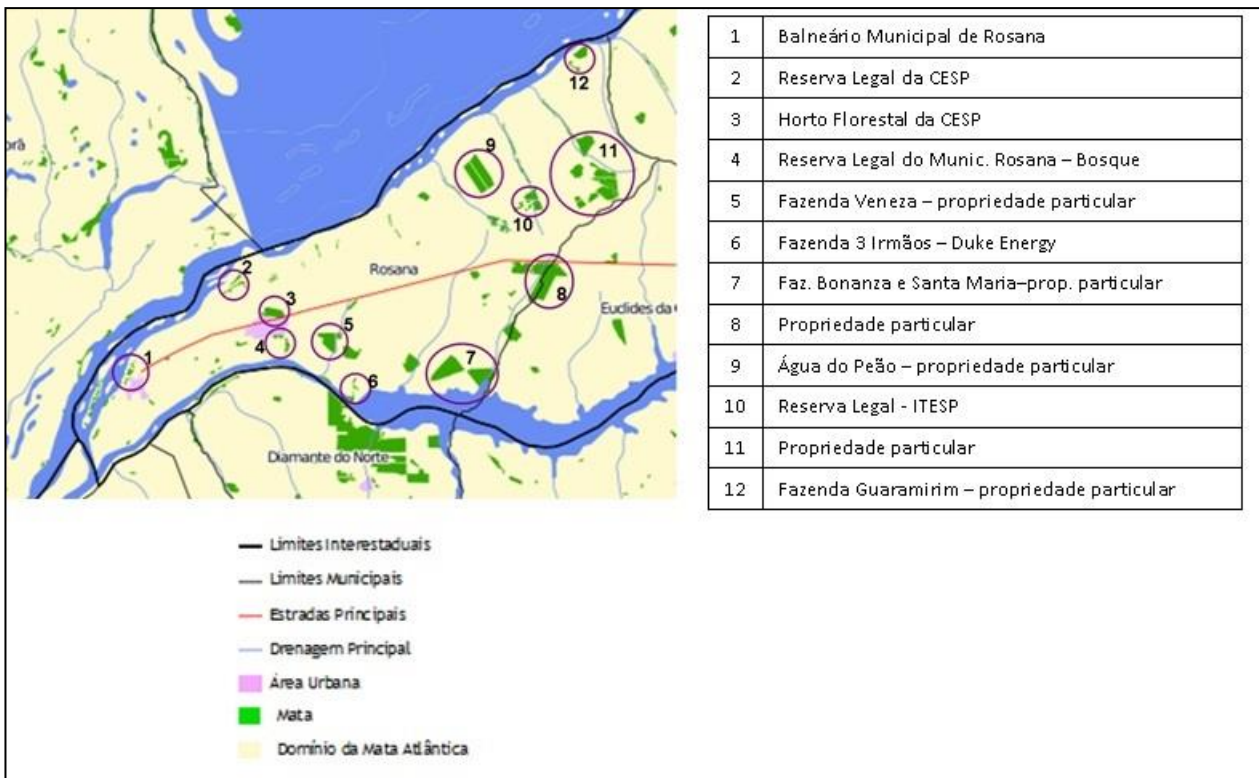


Figura 6 – Áreas naturais protegidas, unidades de conservação e remanescentes florestais

Fonte: adaptado a partir de SOS Mata Atlântica (2010)

Aos responsáveis pelas áreas naturais protegidas do município (quadro 4) cabe, vinculado a políticas públicas ou parcerias público-privadas, tanto a suposta implantação do turismo e, conseqüentemente de suas atividades turístico-recreativas, bem como o efetivo trabalho de manejo e manutenção da biodiversidade (conservação da natureza).

Essas aqui dentro do município é da gestão do município, então aí compete ao município, a Secretaria Municipal de Meio de Ambiente. Aquela área da CESP, do Horto, né? então, o gestor é a CESP. A APA federal, né? o gestor é o ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, esse gestor da APA ele tem também a gestão das ilhas, né? que é compartilhada com a Marinha. E as áreas de preservação permanente, né? você tem aí a gestão do Ministério do Meio Ambiente, né? o próprio órgão estadual, mas é mais o Ministério do Meio Ambiente, o CONAMA que hoje traz as resoluções acerca das APPs. E as reservas particulares, né? reservas legais particulares aí.

Quadro 4 – DSC da IC Gestores/Responsáveis pelas áreas naturais protegidas

Fonte: autoria própria

Em relação às condições infraestruturais dos locais identificados para o desenvolvimento do turismo (quadro 5), parece haver, mesmo que não claramente, uma concordância entre o poder público e a iniciativa privada quanto a falta e/ou a necessidade de uma melhor infraestrutura básica para atender os visitantes, sejam estes a lazer e/ou a turismo, pois o único local com disponibilidade de infra-estrutura, mesmo que considerada deficitária, é o Balneário Municipal de Rosana. Ademais, poucos são os demais locais, como, por exemplo, o Horto Florestal

e o Grêmio, ambos de responsabilidade da Companhia Energética de São Paulo (CESP), que dispõem de alguma infraestrutura básica ou de apoio ao turismo, pois os demais locais, tidos enquanto atrativos turísticos, especificamente as áreas naturais protegidas do município não dispõem de condições infraestruturais para o turismo.

O que faltava não é infra-estrutura, agora tá toda ela [cidade de Rosana] sinalizada, vai ter portal, vai te... entende? Tanto lá como na rampa, como quer dizer no Grêmio, né?... o único lugar que tem uma infraestrutura que dá para o turista usar é no Balneário, né? A infra-estrutura do balneário de Rosana é adequada. A prefeitura bem que podia lá no início da trilha [3 Rampas] fazer alguma infraestrutura, ela poderia fazer, né? ela tá recebendo esses turistas, mas como não tem, então, essa parte de sanitário, essas coisas. Então, a infraestrutura, por ser locais, né? quase in natura, locais né? no meio ambiente, não tem banheiro, não tem, né? Os ranchos de pesca, as pousadas no rio Paraná possuem também boas instalações, mas não sei no rio Paranapanema.

Quadro 5 – DSC da IC Condições da infraestrutura dos locais turísticos

Fonte: autoria própria

Ademais, é importante ressaltar que por se tratarem em sua maioria de áreas naturais protegidas a instalação de todo e qualquer tipo de infraestrutura é restritiva ou mesmo não é permitida, apenas a partir da vistoria e liberação do órgão ambiental responsável (processo de licenciamento ambiental). Contudo, o que se verifica no DSC apresentado no quadro 5 é a efetiva inexistência não somente de condições básicas para a visitação no atrativo turístico natural, mas também a inexistência de infraestruturas devidamente turísticas no município, bem como nos atrativos turísticos elencados.

Em relação ao processo de planejamento (quadro 6) da atividade turística percebeu-se o município está bastante centrado na divulgação e na promoção do município, se utilizando para isso de *slogans* como forma de despertar a atração de público visitante, mas, efetivamente pouco atento aos itens considerados básicos para o adequado planejamento e organização da atividade turística, tais como: acesso, infraestrutura, equipamento, oferta e demanda, que efetivamente consolidam ou mesmo transformam locais em destinos turísticos. Sem considerar neste caso, a identificação, inclusive, da preocupação acerca do equilíbrio entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos que regulam a sustentabilidade de toda e qualquer atividade.

É a gente tem um... a gente tem planejado conforme as nossas condições, entendeu? Mas, aparentemente não existe um planejamento do uso dos espaços de forma coordenada. Primeiro a gente tem se preocupado em fazer as pessoas conhecerem o município, né? com aquele slogan chavão “o mais belo município do pontal”. Daí nos preocupamos no planejamento de fazer a infraestrutura de sinalização, tem obras que a gente quer fazer no Balneário pra melhora e fomentar o turismo. A gente quer os empresários que estão investindo em Porto Rico, invistam em Rosana, construindo marinas, abrindo outros tipos de negócios, fazendo condomínios e tal, já que nós vamos fazer infraestrutura, a gente tem que trazer investidores para fomentar o nosso turismo e trazer mais gente pra dentro do município.

Quadro 6 – DSC da IC Planejamento do turismo nas áreas naturais protegidas

Fonte: autoria própria

Além disso, é notória a falta de vínculo das ações empreendidas ante as etapas do processo de planejamento do turismo, afinal, primeiro se tem o intuito de divulgar e promover o destino, investindo em sinalização, mas, em momento algum foi verificada a preocupação, bem como o interesse em realizar o inventário dos atrativos disponíveis, nem tão pouco investir em um estudo de demanda turística, elencando o perfil dos visitantes, suas motivações e expectativas, e, prioritariamente os interesses inerentes ao seu deslocamento, como forma de compreender as atividades turístico-recreativas mais procuradas e o segmento central de mercado turístico (intuitivamente caracterizado enquanto potencial à pesca, à náutica e mesmo ao ecoturismo).

Portanto, é extremamente necessário se atrelar as atividades turístico-recreativas atualmente desenvolvidas no município (ainda que de modo incipiente, bem como distante de um ordenamento da visitação) a um processo maior de planejamento, se atentando prioritariamente as etapas básicas de seu desenvolvimento – diagnóstico e prognóstico –, bem como estimulando a criação de programas, projetos e políticas para o fomento, estruturação e desenvolvimento do turismo, seja em contato ou não com a natureza – neste caso, sempre se adequando às questões de conservação da natureza, até pelas características físicas do município anteriormente apresentadas.

Então, é a partir da existência dos recursos naturais disponíveis atrelados ao processo de planejamento que se vislumbra a efetiva possibilidade de desenvolvimento do turismo, enquanto uma forma alternativa à economia do município e da população, pois se pressupõe que estes recursos disponham de certo grau de atratividade para o uso turístico, embora seja fato a pouca aderência destes com os critérios para hierarquização turística. Sendo assim, é possível considerar estes recursos enquanto atrativos turísticos, mas classificados prioritariamente na hierarquia 1, já que suas características e demais elementos constituintes, apesar da suposta beleza cênica inerente as paisagens naturais, tem potencial para atração turística apenas local e/ou regional. Além disso, para que se viabilize a visitação a determinado atrativo, bem como para que este possa exercer a atratividade perante outros destinos, é necessário haver além do próprio atrativo, condições adequadas de acesso, de sinalização turística, de infraestrutura de apoio e turística, equipamentos, entre outros, como, por exemplo, a análise e a adequação da oferta e da demanda turística local ante ao segmento de mercado turístico.

Considerações

Desde o princípio da pesquisa, preconizou-se que seria viável a realização de um levantamento exploratório relacionado ao turismo nas áreas naturais protegidas do município de Rosana e partindo do pressuposto de que os recursos naturais disponíveis, por disporem de grande importância biológica, compõem paisagens notórias e por estarem salvaguardados sob a forma de diferentes áreas naturais protegidas (evidenciando a conservação da natureza), poderiam ser passíveis de serem considerados enquanto efetivos atrativos turísticos.

Para tanto, ficou evidente que este uso e apropriação dos recursos naturais para o turismo, necessita se utilizar do processo de planejamento do espaço, bem como ordenamento da atividade, processos estes que se encontram em fase embrionária no município, visto que foi possível verificar certa atenção especial com algumas das características secundárias por parte dos entrevistados, que estão basicamente relacionadas a promoção e a divulgação do município, bem como a sinalização dos supostos potenciais atrativos do local, do que propriamente com um processo de planejamento a longo prazo, com características estratégicas que abordem basicamente as etapas de diagnóstico e prognóstico da atual situação do turismo no município.

Por fim, a hipótese mais provável deste processo turístico que tem se desenvolvido, prioritariamente em relação aos atrativos turísticos naturais, bem como para com a efetiva conservação da natureza local, será a evidência de um cenário de degradação dos recursos naturais, que mesmo sem dispor de adequadas condições infraestruturais despertam interesse e motivam a visitação. Aliás, a ideia que se clarifica especificamente em um discurso é a intenção de fomentar o turismo e receber um maior número de visitantes, mas, sem necessariamente se preocupar em planejar e ordenar a atividade.

Referências

- BOULLÓN, Roberto. O espaço turístico natural. *In*: _____. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002, p. 111-187.
- BUENO, Fernando Protti. **As relações entre ecoturismo e educação ambiental no Pólo de Ecoturismo da Ilha de Santa Catarina (PEISC)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria), Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2006.
- CASCINO, Fábio. Do turismo convencional ao ecolazer: análise dos fundamentos éticos e estéticos do lazer associado à natureza. **CEDEC: debates socio ambientais**, ano III, nº9, p. 08-10, mar./jun., 1998.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, Hector. O ecoturismo como um fenômeno mundial. *In*: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002, p. 23-29.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da Cruz. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. *In*: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 107-119.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5. ed. São Paulo: Futura, 2001.
- FENNELL, David. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.
- HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. Tradução Edite Sciulli. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS. **Ecosistemas brasileiros**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2006.
- INSTITUTO FLORESTAL. **Parque Estadual do Morro do Diabo: plano de manejo**. Santa Cruz do Rio Pardo: Editora Viena, 2006.

- LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- LEFÉVRE, Fernando; LEFÉVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa**. ed. ver. e ampl. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.
- LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.
- MEDEIROS, João de Deus. Mata atlântica em Santa Catarina: situação atual e perspectivas futuras. *In*: SCHÄFFER, Wigold B. PROCHNOW, Miriam. **A Mata Atlântica e você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira**. Brasília: APREMAVI, 2002, p. 103-110.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- RODRIGUES, Adyr. Ecoturismo: limites do eco e da ética. *In*: _____ (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 29-45.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 9.ed. Campinas: Papyrus, 1997.
- SALVATI, Sérgio Salazar. Planejamento do ecoturismo. *In*: MITRAUD, S. (Org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003, p. 33-88.
- SCHÄFFER, Wigold B. PROCHNOW, Miriam. Mata Atlântica. *In*: _____. **A Mata Atlântica e você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira**. Brasília: APREMAVI, 2002, p. 12-45.
- SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. **Zoneamento ecológico-econômico**. São Paulo: Papergraf, 1999.
- SERRANO, Célia. O “produto” ecoturístico. *In*: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 203–234.
- SERRANO, Célia. LUCHIARI, Maria Tereza. (Eco)turismo e meio ambiente no Brasil: territorialidades e contradições. *In*: TRIGO, Luiz G. G. (Edit.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005, p. 505-515.
- SOS MATA ATLANTICA. **Atlas dos municípios da Mata Atlântica**. Disponível em: <<http://www.sosmataatlantica.org.br/?secao=atlas>>. Acesso em: 18 jan. 2006.
- SOS MATA ATLANTICA. **Atlas da Mata Atlântica**. Disponível em: <<http://www.sosmataatlantica.org.br/index.php?section=atlas&action=atlas>>. Acesso em: 25 mai. 2007.
- SOS MATA ATLANTICA. **Atlas da Mata Atlântica**. Disponível em: <<http://mapas.sosma.org.br/>>. Acesso em: 03 dez. 2010.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Turismo brasileiro e a questão social. *In*: PANOSSO NETTO, Alexandre; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade**. São Paulo: Aleph, 2003, p. 87-109.